

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	12
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	17
2.5 Medições não contábeis	18
2.6 Eventos subsequentes as DFs	20
2.7 Destinação de resultados	21
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	23
2.10 Planos de negócios	24
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	27
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	28
5.2 Descrição dos controles internos	33
5.3 Programa de integridade	35
5.4 Alterações significativas	38
5.5 Outras informações relevantes	39

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações contábeis incluídas nessa seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras. A Administração não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, assim como acredita que a geração de caixa é suficiente para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios:

Em 31 de março de 2023, o endividamento bruto era de R\$ 6.623,8 milhões, representando um aumento de R\$ 731,9 milhões em relação ao endividamento bruto de R\$ 5.892,0 milhões em 31 de março de 2022, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2023 era de R\$ 3.116,8 milhões, representando um aumento de R\$ 132,6 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 2.984,1 milhões em 31 de março de 2022. Dessa forma, a dívida líquida em 31 de março de 2023 totalizou R\$ 3.507,1 milhões, cerca de 21% superior no período refletindo, principalmente, o maior capital de giro no período e os investimentos em fase de conclusão, resultando na relação dívida líquida/patrimônio líquido equivalente a 59%, ou 0,59x, considerando que, em 31 de março de 2023, houve um aumento de R\$ 593,9 milhões no patrimônio líquido, devido, a geração de lucro líquido do período.

A diretoria ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual rating como grau de investimento em escala global pela S&P BBB-, e contínua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de mix de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	12M23	12M22
em R\$ mil		
Empréstimos e financiamentos - Passivo circulante ¹	1.028.509	581.515
Empréstimos e financiamentos - Passivo não circulante ¹	5.595.374	5.310.503
Dívida Bruta	6.623.883	5.892.018
(-) Disponibilidades	(3.116.778)	(2.984.141)
Dívida Líquida	3.507.105	2.904.208
Patrimônio Líquido	5.912.363	5.318.425
Dívida Líquida/(Patrimônio Líquido)	0,59 x	0,55 x

¹considera-se aquisição de participação societária como complemento da posição de endividamento da Companhia apenas em 12M22.

b. estrutura de capital

A Diretoria acredita que a Companhia apresentou no período indicado uma estrutura de capital condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

	12M23	12M22
em R\$ mil		
Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	12.911.422	12.040.720
Capital Próprio (patrimônio líquido)	5.912.363	5.318.425
Capital total (terceiros + próprio)	18.823.785	17.359.145
Parcela de capital de terceiros	69%	69%
Parcela de capital de próprio	31%	31%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em março/23 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar o montante de amortização de dívida previsto para os quatro anos seguintes, ao encerramento do período em 31/03/2023.

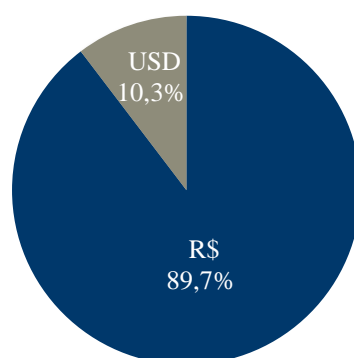
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	mar/23	mar/22	Var. (%)
Em Milhares de R\$			
Certificado Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.481.219	1.687.193	-12,2%
BNDES/FINAME	1.148.999	903.297	27,2%
Capital de Giro/NCE (Nota Crédito Exp.)/Outros	865.621	714.010	21,9%
Debêntures	2.197.001	1.596.996	37,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	156.139	190.395	-18,0%
International Finance Corporation (IFC)	774.905	800.127	-3,2%
Dívida Bruta Total	6.623.883	5.892.017	12,4%
Disponibilidades	3.116.778	2.984.141	4,4%
Dívida Líquida Consolidada	3.507.105	2.907.876	20,6%
Dívida Líquida/EBITDA Acum. R\$	1,05 x	0,93 x	12,9%
Dívida Líquida/EBITDA Acum. - USD¹	1,06 x	0,94 x	12,6%
EBITDA Ajustado Acumulado LTM	3.355.541	3.141.952	6,8%

No gráfico abaixo, destacamos a visão do endividamento líquido, denominada em Reais (R\$) e em Dólares (USD).



Perfil inclui contratos de SWAP

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 4,8 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 13 de dezembro de 2021), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

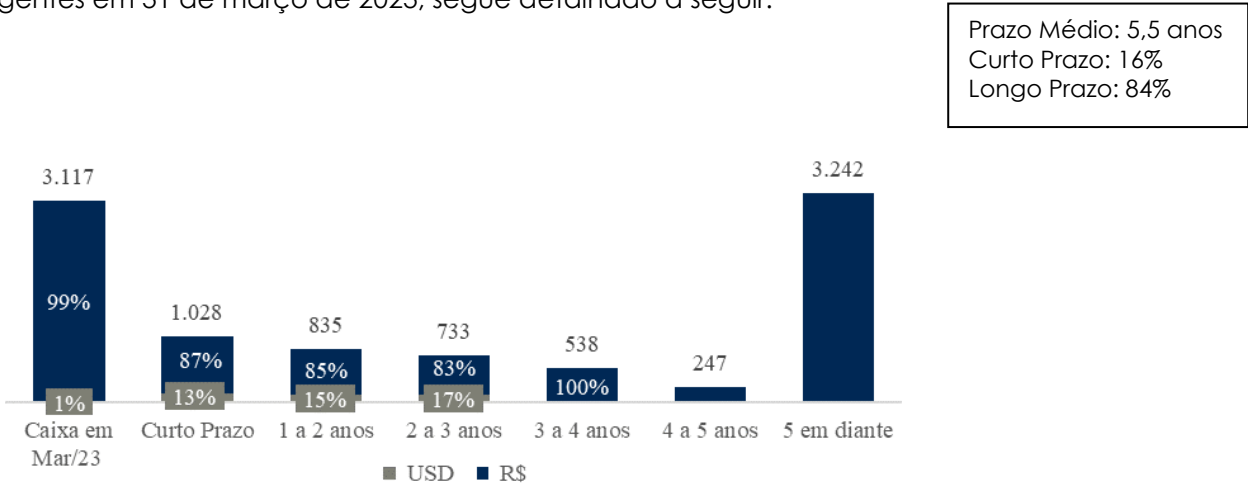
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securtizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securtizados, registrados como "Créditos rurais securtizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securtização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securtizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, de 2021 e 2020, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

O cronograma de amortização das obrigações financeiras (em milhões de reais) vigentes em 31 de março de 2023, segue detalhado a seguir:



Vencimento	Consolidado (R\$ mil)
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	848.204
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	735.556
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	539.977
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	245.643
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	546.458
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	390.889
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	374.586
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	840.717
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	94.931
A partir de 1º/04/2033	978.413
	5.595.374

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas existentes em 31 de março de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na tabela abaixo destacamos os covenants financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	2023	2022	2021
Financiamento BNDES	Dívida Líquida ¹ / EBITDA LTM \leq 3,0	1,5 x	1,4 x	1,4 x
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira Líquida ² / EBITDA LTM \leq 4,0	0,8 x	0,7 x	0,7 x
Debêntures (XP e Itaú)	Dívida financeira líquida ajustada ³ / EBITDA LTM \leq 4,0	0,8 x	0,6 x	0,7 x
	Índice de liquidez corrente \geq 1,0x	2,2 x	2,6 x	1,7 x
	Dívida Líquida ⁴ / EBITDA LTM (para 4T) \leq 4,0x	1,5 x	1,4 x	1,4 x
Empréstimo IFC	Pagamentos diferidos de ativos adquiridos \leq 200.000	11.571	3.669	15.288
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida \geq 1,0 x	-13,9 x	-3,0 x	24,1 x
	Maior nível do índice de cobertura do serviço da dívida \geq 1,0x	6,9 x	-119,8 x	24,1 x

A Companhia possui covenants financeiros com 5 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, é diferente. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida¹ / EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida¹: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Líquida¹ era de R\$ 6.340,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 1,5 x.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida²/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida² da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debêntures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Financeira Líquida² era de R\$ 3.261,9 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 0,8 x.

3. Debêntures celebrados em 2021 e 2022, entre a São Martinho e o Itaú (3ª e 5ª emissão), e entre São Martinho e XP Investimentos em 2022 (4ª emissão):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada³/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida Ajustada³: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Financeira Líquida Ajustada³ era de R\$ 3.200,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 0,8 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC. A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Na data de 31 de março de 2023, o ativo circulante era R\$ 5.687,4 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.615,8 milhões, resultando em 2,2x.

b. Dívida Líquida⁴/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dívida Líquida⁴: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Na data de 31 de março de 2023 a Dívida Líquida⁴ era de R\$ 6.292,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.206,8 milhões, resultando em 1,5 x.

c. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Na data de 31 de março de 2023 os Pagamentos Diferidos de Ativos eram de R\$ 11,6 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 11,6 milhões.

d. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) Dívida Bruta⁶ de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Na data de 31 de março de 2023: EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 876,8 milhões;

Dívida Bruta⁶ de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso de caixa (Caixa de R\$ 599 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 63,0 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres. Resultando em -13,9 x.

e. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2023:

EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 876,8 milhões, o maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 127,0 milhões, resultando em 6,9 x.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em aberto em 31 de março de 2023: Financiamento BNDES: R\$ 1.127,4 milhões; Financiamento Rabobank: R\$ 590,1 milhões; Debêntures: R\$ 2.197,0 milhões; Empréstimo IFC: R\$ 774,9 milhões.

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de março de 2023 a Companhia possuía R\$ 541 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2022 era de R\$ 747 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações de resultado e de fluxo de caixa, referentes ao exercício em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2023 (12M23) e 2022 (12M22):

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	12M23	12M22	Var %
Em milhares de Reais			
Receita bruta	6.817.013	6.086.693	12,0%
Deduções da receita bruta	(189.447)	(366.740)	-48,3%
Receita líquida	6.627.566	5.719.953	15,9%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(4.589.655)	(3.299.689)	39,1%
Lucro bruto	2.037.911	2.420.264	-15,8%
Margem bruta (%)	30,7%	42,3%	-11,6 p.p
Despesas operacionais	38.638	(7.562)	n.m
Despesas com vendas	(221.597)	(160.167)	38,4%
Despesas gerais e administrativas	(264.367)	(293.576)	-9,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.033	7.358	-31,6%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	519.569	438.823	18,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.076.549	2.412.702	-13,9%
Receitas (despesas) financeiras:	(882.937)	(473.461)	86,5%
Receitas financeiras	314.882	155.135	103,0%
Despesas financeiras	(898.220)	(486.302)	84,7%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(174.942)	(84.657)	106,6%
Resultado de derivativos	(124.657)	(57.637)	n.m.
Lucro operacional antes do IR e CS	1.193.612	1.939.241	-38,4%
IR e contribuição social - parcela corrente	(273.804)	(229.327)	19,4%
IR e contribuição social - parcela diferida	95.936	(229.046)	-141,9%
Lucro líquido antes da participação dos minoritários	1.015.744	1.480.868	-31,4%
Participação dos minoritários	-	-	n.m.
Lucro líquido do período	1.015.744	1.480.868	-31,4%
Margem líquida (%)	15,3%	25,9%	-10,6 p.p

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida Total: A receita líquida total auferida no 12M23 foi de R\$ 6.627,6 milhões, representando, um aumento de 15,9%, em relação ao período 12M22, quando totalizou R\$ 5.719,9 milhões. O crescimento do indicador reflete, principalmente, maiores preços médios de comercialização do açúcar (+22,6%) e maior volume comercializado de Etanol (13,8%).

Os principais direcionadores para a performance de preços na safra se deram, principalmente, pelo (i) aumento do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à volatilidade cambial, e (ii) maiores volumes comercializados de etanol.

Considerando o cenário acima exposto, abaixo está o detalhamento na receita líquida, por produto:

Receita líquida de Açúcar: A receita líquida das vendas de açúcar totalizou R\$ 2.613,2 milhões no 12M23, representando um aumento de 11,4% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho no período reflete melhores preços médios de comercialização, reflexo da alocação de maiores volumes em períodos de melhores preços.

Receita líquida de Etanol: A receita líquida das vendas de etanol totalizou R\$ 3.457,6 milhões no 12M23, representando um aumento de 15,6% em relação ao 12M22. A melhora no período é decorrente do maior volume comercializado no período (+13,8%) alinhado com a estratégia de comercialização para geografias com maiores prêmios. Adicionalmente, ao longo da safra foram comercializados 1.018 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 79,5/CBIO.

Receita líquida de Energia: A receita líquida de comercialização de energia elétrica totalizou R\$ 196,4 milhões no 12M23, apresentando uma queda de 14,6% em relação ao 12M22, refletindo um preço médio inferior em 7,4% nos 12M23.

Receita Líquida de Levedura: A receita líquida de comercialização de levedura totalizou R\$ 57,9 milhões no 12M23, apresentando um crescimento de 25% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho ao longo da safra 22/23 decorre da combinação de maior preço e volumes comercializados no período.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: No 12M23, a receita líquida totalizou R\$ 7,6 milhões, representando uma queda de 85,4% em relação ao 12M22, reflexo da diminuição de lançamentos e finalização das obras.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): No 12M23, o CPV totalizou R\$ 4.589,7 milhões, representando um aumento de 39,1% em relação ao 12M22, devido, principalmente, a menor produção prejudicando a diluição dos custos fixos, e a variação de insumos, notadamente diesel, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Despesas com Vendas: As despesas com vendas totalizaram R\$ 221,6 milhões no 12M23, implicando em um aumento de 38,4% em relação ao 12M22. O aumento no período reflete a expansão dos volumes comercializados para o mercado externo.

Despesas Gerais e Administrativas: No 12M23, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 264,4 milhões, representando uma queda de 9,9% em relação ao mesmo período da safra anterior, decorrente do efeito contábil (não caixa) da marcação a mercado das opções virtuais integrantes do Programa de Remuneração de Executivos, atreladas ao preço da ação da Companhia (considerando a queda do preço da ação no período), parcialmente compensado pelo incremento de despesas relacionadas ao contencioso.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro: Na safra 22/23, o aumento do resultado financeiro foi de 86,5%, somando R\$ 882,9 milhões). A variação das despesas ao longo da safra decorre, principalmente, da marcação a mercado dos derivativos (sem efeito caixa) que transformam (SWAP) a parcela da dívida em dólar e pré-fixada em indexação ao CDI.

Lucro Líquido: No 12M23, o lucro caixa totalizou R\$ 1.015,7 milhões, uma redução de 31,4% em relação ao 12M22, condicionado, principalmente, pela redução do EBITDA Ajustado no período.

FLUXO DE CAIXA

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2023 (12M23) e 2022 (12M22):

SÃO MARTINHO S.A.	12M23	12M22	Var. (%)
Em milhares de Reais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.987.368	3.446.808	-13%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.256.680)	(4.194.201)	-46%
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos	(572.183)	573.946	-200%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	158.505	(173.447)	-191%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais: As atividades operacionais, em 12M23, geraram um fluxo de caixa líquido de R\$ 2,987 bilhões, representando queda de cerca de 13% em comparação com 12M22. A variação na geração de caixa se deve, principalmente, por um lucro líquido menor em 12M23 (vis-à-vis 12M22), e a um capital de giro maior decorrente do acúmulo de créditos tributários, que não foram convertidos em caixa devido as medidas tributárias que impactaram os combustíveis durante o período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos: O fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento, em 12M23, foi de R\$ 2,237 bilhões, se comparado ao caixa líquido consumido em 12M22, de R\$ 4,194 bilhões, a variação negativa foi de 46%. Esta queda no consumo de caixa líquido nas atividades de investimento, é decorrente principalmente do resgate de aplicações financeiras, que no ano anterior, representou uma alocação de caixa de R\$1,722 bilhões.

Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos: Em 12M23, a Companhia consumiu R\$ 572 milhões do Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento. O dispêndio de caixa no período se deve principalmente pela amortização de dívidas financeiras e de arrendamentos mercantis, somada a distribuição de dividendos. Em 12M22, as atividades de financiamento geraram R\$ 574 milhões, ao passo que nesse período, a empresa recebeu grandes aportes monetários decorrente das captações feitas através de instrumentos de dívida no mercado de capitais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Composição da receita líquida:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	4T23	4T22	Var. (%)	12M23	12M22	Var. (%)
Milhares de Reais						
Mercado Doméstico	589.292	700.145	-15,8%	2.906.438	3.165.821	-8,2%
Açúcar	64.173	43.215	48,5%	201.140	177.585	13,3%
Etanol	431.510	631.217	-31,6%	2.146.451	2.565.379	-16,3%
Energia Elétrica	3.710	1.015	n.m.	196.454	229.954	-14,6%
Levedura	2.003	740	n.m.	44.253	41.810	5,8%
Negócios Imobiliários	3.547	3.646	-2,7%	7.593	52.152	-85,4%
Cbios	27.614	7.290	n.m.	80.934	37.049	n.m.
Outros	56.735	13.022	n.m.	229.613	61.892	n.m.
Mercado Externo	1.227.427	786.142	56,1%	3.753.122	2.598.848	44,4%
Açúcar	889.412	634.692	40,1%	2.412.123	2.169.137	11,2%
Etanol	336.358	151.450	122,1%	1.327.317	425.156	n.m.
Levedura	1.657	0	n.m.	13.682	4.555	n.m.
Receita Líquida Total*	1.816.719	1.486.287	22,2%	6.643.462	5.764.669	15,2%
Açúcar	953.585	677.907	40,7%	2.613.263	2.346.722	11,4%
Etanol	767.868	782.667	-1,9%	3.457.670	2.990.535	15,6%
Energia Elétrica	3.710	1.015	n.m.	196.454	229.954	-14,6%
Levedura	3.660	740	n.m.	57.935	46.365	25,0%
Negócios Imobiliários	3.547	3.646	-2,7%	7.593	52.152	-85,4%
Cbios	27.614	7.290	n.m.	80.934	37.049	n.m.
Outros	56.735	13.022	n.m.	229.613	61.892	271,0%

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC.

Considerando a composição da receita líquida, há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem à demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos dois exercícios sociais, os negócios relacionados aos CBIOS (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos resultados da Companhia. Destaca-se, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entende-se que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto denominado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina no mercado local, podendo, portanto sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil

Conforme já citado acima, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

Demanda por Combustíveis

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Flutuações da moeda

Conforme citado anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses, além de etanol também exportado para regiões diversas. Portanto, uma depreciação do real em relação à outras moedas, como o dólar estadunidense, teria o efeito de aumentar a receita das vendas da Companhia. Uma valorização do real em relação à essas moedas teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

Sazonalidade

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, a Companhia tem ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam a comercialização dos produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entende-se que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

Inflação

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais. Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos, despesas administrativas gerais e de venda, insumos, dentre outros. Ao mesmo tempo, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em linha com os comentários realizados no item 2.2 (a), os Diretores entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de março de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023, e 2022 são explicadas, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a

2.2 Resultados operacional e financeiro

Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme disposto ao longo dos itens 2.1 e 2.2, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte das vendas de etanol, sendo, portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas à moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 2.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham efeitos significativos para os itens 2.1 e 2.2.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em março de 2023 as operações da planta de etanol de milho instalada na filial Usina Boa Vista foram iniciadas. A partir desta planta, haverá um aumento na comercialização de etanol, além do início da comercialização dos coprodutos como DDGS, óleo de milho e outros.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que pudessem impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

a) A Diretoria avalia o desempenho comercial com base, principalmente, na margem operacional, ou spread entre o preço médio dos produtos e a soma do custo dos produtos vendidos e despesas operacionais. Concentra-se no volume e qualidade dos produtos produzidos, no preço e custo por unidade vendida e, finalmente, no EBITDA. O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia. Define-se EBITDA como:

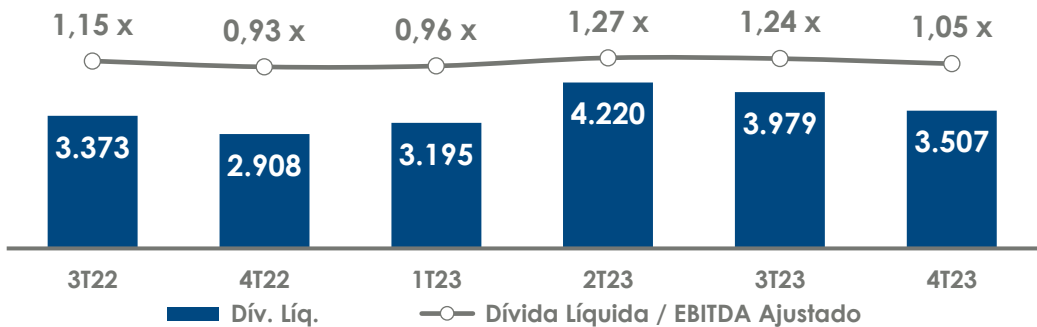
- lucro operacional;
- menos despesa financeira líquida;
- menos depreciação e amortização

A Diretoria acredita que o EBITDA constitui ferramenta útil de medida do desempenho de fluxo de caixa operacional. No entanto, o EBITDA não constitui medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não tem um significado padronizado e como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a apresentação do EBITDA da São Martinho talvez não possa ser comparada a outras medidas semelhantes ou ao fluxo de caixa livre, utilizado discricionariamente pela Companhia, pois não considera certas necessidades de caixa, tais como Capex, pagamentos de juros, pagamentos de imposto e pagamentos de serviço de dívida. O EBITDA não deverá ser considerado alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicativo do desempenho operacional da Companhia, nem como alternativa ao fluxo de caixa, como indicativo de liquidez.

Adicionalmente, é divulgado o EBITDA Ajustado, definido abaixo:

- EBITDA
- desconsiderando itens não caixa lançados no CPV (Custo do Produto Vendido);
- desconsiderando receitas e (despesas) operacionais – não recorrentes;
- desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial;
- desconsiderando vencimento de dívida (Hedge Accounting) e;
- desconsiderando os impactos da adoção da norma contábil IFRS 16 – arrendamentos a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2019.
- considerando a receita financeira de Negócios Mobiliários

O índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM é o resultado da dívida líquida ao final do exercício social ou período aplicável dividido pelo EBITDA Ajustado para os 12 últimos meses encerrados nos referidos exercícios sociais ou períodos. Abaixo segue índice para os trimestres e encerramento do ano-safra 2022/2023:



b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

2.5 Medições não contábeis

A reconciliação do EBITDA Ajustado ao EBITDA contábil, em relação ao último exercício social (31/03/2023 – 12M23) comparado ao exercício social anterior (31/03/2022 – “12M22”) segue abaixo:

Reconciliação do Ebitda	12M22	12M23	Var. (%)
Em milhares de reais			
EBITDA ajustado	3.141.952	3.355.541	6,8%
Margem EBITDA ajustado	54,5%	50,5%	-4,0 p.p.
Vencimento de Dívida (Hedge)	-29.206	-5.321	-81,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.358	5.033	-31,6%
Receitas (despesas) Operacionais - não recorrente	-35.168	7.164	n.m
Ativos Biológicos	24.004	-163.772	n.m
Marcação a mercado Cbios	0	-12.395	n.m
Efeito do IFRS 16 - EBITDA Ajustado	530.060	549.691	3,7%
Resultado IAA	415.476	475.761	14,5%
Receita financeira de Negócios Imobiliários	-9.414	-4.934	-47,6%
EBITDA contábil	4.045.062	4.206.767	4,0%
Margem EBITDA	70,7%	63,5%	-7,2 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	-1.632.360	-2.130.218	30,5%
(-) Despesa Financeira Líquida	(473.461)	(882.937)	86,5%
(=) Lucro (prejuízo) operacional	1.939.241	1.193.612	-38,4%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, são medidas não contábeis mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. A maioria dos analistas de mercado utiliza este indicador para analisar múltiplos que, normalmente, não são divulgados nos resultados por uma questão de práticas de mercado.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não ocorreram eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

2.7 Destinação de resultados

Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% de reserva legal, até o limite de 20% do capital social; b) 25% como dividendo obrigatório; c) remanescente ficará à disposição da assembleia geral, que poderá deliberar, por proposta da administração, pela retenção da parcela do lucro líquido do exercício previsto em orçamento de capital, por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das S.A.</p> <p>A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que serão excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>
Valores das retenções de lucros e percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>No exercício encerrado em 31 de março de 2023, foram retidos: a) R\$ 50.787.203,73 para Reserva Legal; b) R\$ 279.608.615,35 para reserva de orçamento de capital, para investimentos planejados, relacionados, principalmente, ao Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro; c) R\$ 169.867.482,11 para a Reserva de Incentivos Fiscais.</p> <p>A retenção do lucro total declarado (lucro líquido + reserva lucros a realizar) corresponde a 49%.</p>
Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com a Política vigente, como remuneração aos acionistas, a Companhia irá distribuir anualmente por meio de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, no mínimo: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme definido no Estatuto Social ou (ii) 40% do Lucro Caixa, o que for maior.</p> <p>Mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, os quais serão imputados líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual.</p>
Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Os dividendos serão distribuídos anualmente. De acordo com o Estatuto, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Além das previsões legais que autorizam restrições à distribuição de dividendos, como no caso de constituição de reserva para contingências, a Companhia está sujeita às restrições contratuais nesse sentido, caso esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias estabelecidas em tais contratos. Até a apresentação deste Formulário, a Companhia cumpriu todas as obrigações contratuais e legislação aplicável e, portanto, não está sujeita a qualquer restrição nesse sentido.</p>
Política de destinação de resultados	<p>A Companhia possui Política de Remuneração aos Acionistas aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 9.12.2019, disponível no site de RI: https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2021</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iii. contratos de construção não terminada**
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.3.2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

	4T23	4T22	Var. (%)	12M23	12M22	Var. (%)
Plantio de Cana	168.171	176.999	-5,0%	495.782	469.308	5,6%
Tratos Culturais	183.151	160.000	14,5%	865.829	731.317	18,4%
Manutenção Entressafra	324.307	262.726	23,4%	503.139	452.856	11,1%
Capex de Manutenção	675.629	599.726	12,7%	1.864.750	1.653.481	12,8%
Equipamentos/Reposições	27.633	40.639	-32,0%	100.972	107.826	-6,4%
Ambiental/Legal (ESG)	10.230	7.178	42,5%	26.911	33.870	-20,5%
Melhoria Operacional	37.863	47.818	-20,8%	127.883	141.696	-9,7%
Etanol de milho	-	93.068	-100,0%	286.110	325.995	-12,2%
UTE Fase II	-	94.709	-100,0%	131.821	170.265	-22,6%
Demais projetos	75.103	41.787	79,7%	107.854	149.535	-27,9%
Modernização/Expansão	75.103	229.564	-67,3%	525.785	645.795	-18,6%
Capex total	788.594	877.107	-10,1%	2.518.418	2.440.971	3,2%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 675,6 milhões no 4T23, um crescimento de 12,7% vis-à-vis 4T22. A expansão decorre do plano específico de manutenção programada para as caldeiras da Usina São Martinho e Usina Santa Cruz. No acumulado da safra o capex de manutenção totalizou R\$ 1.864,8 milhões (+12,8% vs. 12M22), motivado pela inflação nos preços de insumos e pelo plano de manutenção específico mencionado anteriormente para o trimestre.

O capex dedicado à melhoria operacional totalizou R\$ 127,9 milhões nos 12M23, uma redução de 9,7% versus igual período de 2022, decorrente do cronograma de reposição de frota e equipamentos, combinado às iniciativas ambiental/legal. No 4T23 a rubrica apresentou redução de 20,8% comparado ao 4T22, motivado pela menor necessidade de investimento em equipamentos agrícolas e industriais.

O capex de expansão somou R\$ 75,1 milhões no 4T23 e R\$ 525,8 milhões no 12M23, destinados a (i) UTE (leilão A-6 de 2019), (ii) projeto de etanol de milho, e (iii) outros projetos menores.

Com isso, o capex total somou R\$ 788,6 milhões no 4T23 (-10,1% vs. 4T22) e R\$ 2.518,4 milhões nos 12 meses da safra 22/23 (+3,2% vs. 12M22) – abaixo da estimativa (guidance) de R\$ 2,9 bilhões divulgada em nov/22. Conforme fato relevante publicado em jun/23, R\$ 400 milhões estimados para a safra 22/23 postergados para safra 23/24 devido às chuvas no período de plantio e cronograma de desembolso dos projetos em fase de finalização.

2.10 Planos de negócios

Guidance de Capex – Safra 2023/2024

R\$ MM	Guidance 12M24	22/23	Var. (%)
Capex de manutenção	2.000	1.865	7,3%
Melhoria Operacional	157	128	22,8%
Modernização/Expansão	315	526	-40,2%
Capex Total	2.472	2.518	-1,9%

Em relação ao capex de manutenção, estima-se um aumento de 7,3% (vs. 12M23) totalizando, R\$ 2,0 bilhões, decorrente principalmente da postergação de operações de plantio ocasionada pelas chuvas no quarto trimestre de 22/23.

Quanto ao capex dedicado à melhoria operacional, estima-se um total de R\$ 157 milhões, representando um aumento de 22,8% em relação aos 12M23, composto, principalmente, por investimentos visando maior segurança operacional e reposições de equipamentos agrícolas e industriais.

Os investimentos em modernização/expansão estimados para Safra 23/24 representam uma redução de 40,2% (vs. 12M23), somando R\$ 314,5 milhões, decorrente da evolução do cronograma de investimentos para finalização das plantas de etanol de milho (~R\$ 30 milhões) e UTE fase II (~R\$ 70 milhões), entre a execução de outros projetos menores.

O capex total para safra 23/24 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões, representando uma redução de 1,9% em relação aos 12M23.

Vale destacar que no Guidance de Capex para a Safra 22/23 estimou-se um total de R\$ 2,9 bilhões, em nov/22, enquanto o realizado para o período somou R\$ 2,5 bilhões. A diferença de aproximadamente R\$ 400 milhões representa o montante postergado (para safra 23/24) decorrente, principalmente, do i) impacto chuvas no plantio durante o período de entressafra e ii) cronograma da obra e desembolso relacionado aos projetos em fase de finalização.

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 20 de janeiro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da São Martinho aprovou, a implantação de uma unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho, no município de Quirinópolis, em Goiás.

2.10 Planos de negócios

A nova unidade produtora, anexa à Usina Boa Vista, terá capacidade para produção anual aproximada de até:

- 210 mil m³ de etanol;
- 150 mil toneladas de DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) – coproduto utilizado para ração animal; e
- 10 mil tons de óleo de milho.

Operação em plena capacidade está prevista a partir da safra 23/24 (330 dias de operação por ano).

O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 740 milhões, contemplando ajustes na caldeira atual (minimizando o consumo de energia disponível), instalações industriais e armazenagem de milho (50% da capacidade). Os recursos serão financiados junto ao BNDES pelo prazo de até 20 anos.

O principal insumo utilizado será o milho (500 mil toneladas), adquirido na região Centro-Oeste, além de vapor e energia (58.000 MWh), gerados por meio das caldeiras existentes.

Os impactos serão a criação de 1.400 empregos diretos e indiretos na região, além da geração de Cbíos em montante relevante, dado o processo industrial alinhado às melhores práticas sustentáveis.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme descrito no item anterior, o DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) e Óleo de Milho são produtos utilizados no mercado animal com custos associados inclusos no Capex estimado da planta.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No processo de avaliação de projetos e novas oportunidades de crescimento a companhia considera sua matriz de sustentabilidade e ESG (atualizada anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade) e potenciais externalidades associadas (tal como o potencial de geração de CBÍOs).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 30.8.2021 pelo Conselho de Administração, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da política é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos, abrangendo a contextualização, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento destes. As atividades de monitoramento e controle são conduzidas considerando três linhas: 1ª linha - Áreas Proprietárias; 2ª linha - Áreas de Suporte; 3ª linha - Áreas de Controle. A atividade de monitoramento e os níveis de risco atribuídos devem ser realizados de maneira responsável, diligente e imparcial em cada uma das linhas de defesa.

A Matriz de Riscos é o principal instrumento utilizado para o monitoramento de riscos. Ela é composta por nove categorias de riscos: Pessoas (ex.: acidentes, disponibilidade de mão de obra), Terceiros (ex.: responsabilidades decorrentes de terceiros), Conformidade (ex.: desvios éticos, corrupção, fraude, proteção de dados pessoais, conflitos de interesse), Meio Ambiente (ex.: contaminação, danos ambientais, incêndios), Jurídico e Regulatório (ex.: descumprimento de obrigações legais ou contratuais, litígios), Operacional (ex.: falta de matéria-prima, falhas em processos agrícolas e industriais, logística, fornecedores, insumos), Cibernéticos (ex.: invasões, ataques cibernéticos), Financeiro e de Mercado (ex.: variações de preços, cumprimento de acordos financeiros, risco de crédito, liquidez, indisponibilidade de financiamentos) e Riscos Emergentes (ex.: pandemias, eventos climáticos, riscos sistêmicos). Os riscos são monitorados e revisados mensalmente na Matriz de Riscos, e os resultados são reportados à Administração.

Ao adotar essa abordagem abrangente, integrada e sistemática para a gestão de riscos, a empresa busca garantir que os riscos sejam devidamente identificados, avaliados e tratados, contribuindo para a proteção dos ativos e para a tomada de decisões mais informadas e seguras. Isso fortalece a capacidade de lidar com incertezas e de enfrentar os desafios do ambiente de negócios de forma eficaz.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Além da Matriz de Riscos, a Companhia utiliza diversos instrumentos para proteção, que variam de acordo com o tipo de risco enfrentado. Esses instrumentos podem incluir a adoção de práticas, políticas e procedimentos específicos, bem como a contratação de seguros.

Para lidar com os riscos financeiros e de mercado, a São Martinho adota uma estratégia de proteção por meio da realização de hedge, para proteção de riscos associados a variações de preços.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estratégia de hedge é implementada de forma criteriosa e baseada em análises técnicas e de mercado, levando em consideração fatores como oferta e demanda, comportamento dos preços, sazonalidade e volatilidade. A empresa busca realizar operações de hedge que sejam eficientes e alinhadas aos seus objetivos estratégicos, considerando as condições do mercado e suas expectativas de preço.

Essa abordagem de gerenciamento de riscos permite proteção de suas receitas, redução da exposição a oscilações de preço e minimização de potenciais impactos adversos. Além disso, contribui para uma gestão mais eficiente do fluxo de caixa, permitindo uma melhor previsibilidade e planejamento financeiro.

A São Martinho monitora continuamente suas posições de hedge. As operações são discutidas de forma regular e sistemática no âmbito do Comitê de Posições. Este comitê se reúne quinzenalmente para analisar e monitorar os indicadores de risco, bem como os parâmetros das estratégias de precificação adotadas pela empresa e fatores que podem impactar a São Martinho.

Quanto aos riscos relacionados ao meio ambiente, a empresa implementa políticas, procedimentos e ações preventivas para mitigar potenciais danos e contaminações. Essas medidas visam garantir a conformidade com regulamentações ambientais e promover práticas sustentáveis em todas as etapas das operações.

No que diz respeito aos riscos de saúde e segurança operacionais, a Companhia tem implementado programas de capacitação, ginásticas laborais além de ferramentas que permitem registrar condições de risco e comportamentos inadequados para que possam ser sanados, reforçando seu compromisso com a saúde e bem-estar de seus colaboradores. Para mitigar os efeitos negativos intrínsecos ao processo, além das ferramentas supracitadas, para a área industrial existem autorizações para trabalhos críticos específicos, que consiste em uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar na identificação dos perigos e riscos das atividades, bem como quais as medidas devem ser implementadas para que seus riscos sejam eliminados ou mitigados. Essa ferramenta é de uso de toda a operação e tem nas figuras dos líderes e gestores a última palavra sobre as medidas adotadas ou que ainda precisam ser implementadas para garantir a segurança de todos os seus colaboradores. Desta forma, e para que seja assegurada a saúde e segurança de todos, há equipes ambulatoriais e médicas, que acompanham e monitoram a saúde de cada colaborador, antecipando possíveis problemas e indicando os melhores tratamentos.

A Companhia investe em tecnologias e sistemas de segurança avançados, promove uma cultura de segurança sólida e incentiva a participação ativa dos colaboradores na identificação de riscos, além de promover ações corretivas rápidas diante de qualquer incidente ou condição de trabalho insegura exigindo uma abordagem proativa e contínua. Em 2022 a São Martinho implantou o programa SOU seguro, composto por 5 pilares fundamentais sendo eles: Valor e Governança, Pessoas e Desenvolvimento, Manutenção e Mudança, Percepção, Gerenciamento de riscos e Conformidade.

No caso dos riscos operacionais relacionados à matéria-prima, a São Martinho adota a formalização de contratos com cláusulas que garantem um suprimento estável e confiável. Além disso, a empresa implementa controles e procedimentos para garantir a disponibilidade de matéria-prima, evitar falhas em processos agrícolas e industriais, gerenciar riscos relacionados à logística e aos fornecedores. A diversificação das fontes de suprimento e a manutenção de relacionamentos sólidos com os fornecedores também são adotadas para mitigar potenciais impactos adversos nas operações.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para mitigar os riscos operacionais de falhas em processos agrícolas e industriais, bem como incêndios em áreas agrícolas e industriais, a São Martinho adota diversas medidas preventivas e de controle.

Em relação aos processos agrícolas, a Companhia implementa práticas e técnicas avançadas de manejo, monitoramento e controle de cultivos. Isso inclui o uso de sistemas de irrigação eficientes, o monitoramento regular (através do COA, centro de operações agrícolas) das condições das plantações, o controle de pragas e doenças, além do treinamento adequado dos colaboradores envolvidos nessas atividades. A São Martinho também mantém uma estrutura de equipes de campo capacitadas, que atuam de forma proativa para identificar e solucionar problemas relacionados aos processos agrícolas.

No que diz respeito aos processos industriais, a empresa adota rigorosos protocolos de segurança, visando prevenir acidentes e falhas em equipamentos. São realizadas inspeções regulares nas instalações industriais para identificar possíveis problemas ou pontos de vulnerabilidade. Além disso, a São Martinho investe em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, assegurando o seu bom funcionamento e monitora continuamente suas operações através do COI (centro de operações industriais) minimizando os riscos de paralisações não planejadas.

Quanto à prevenção de incêndios em áreas agrícolas e industriais, a São Martinho possui um programa de gestão de riscos e controle de segurança contra incêndios e frota própria para combate. Isso inclui a manutenção de equipamentos de combate a incêndios, a implantação de sistemas de detecção e alarme, assim como a adoção de planos de emergência bem definidos. A empresa também promove treinamentos periódicos para os colaboradores, a fim de capacitá-los sobre medidas preventivas e procedimentos de segurança em caso de incêndio.

Essas ações combinadas visam mitigar os riscos operacionais associados a falhas nos processos agrícolas e industriais, assim como a ocorrência de incêndios, garantindo a segurança das operações e a continuidade dos negócios da São Martinho.

Na categoria Jurídico e Regulatório, a empresa realiza uma análise criteriosa das obrigações legais e contratuais, buscando o cumprimento rigoroso dessas normas. São adotadas medidas para evitar litígios e monitorar possíveis mudanças na legislação, buscando a conformidade com as regulamentações em vigor.

No que diz respeito aos riscos de Conformidade, a São Martinho adota políticas e procedimentos específicos para garantir o cumprimento de normas éticas, a prevenção de corrupção, a proteção de dados pessoais e a gestão de conflitos de interesse. A Companhia busca promover uma cultura de integridade e ética em todos os níveis organizacionais, por meio treinamentos sobre o tema, reforçando seus princípios e valores, além de investir em sistemas de monitoramento e controle para detectar e prevenir desvios.

Para a categoria de riscos associados a Terceiros, a empresa realiza uma análise das informações no processo de seleção de parceiros e fornecedores. Contratos também contam com cláusulas que preveem obrigações e penalidades.

No âmbito dos riscos Cibernéticos, adota medidas de segurança e possui um plano de melhorias contínuas para proteger suas informações e sistemas contra invasões e ataques.

Atenta aos Riscos Emergentes, como pandemias, eventos climáticos e demais riscos. A São Martinho acompanha as tendências climáticas e as mudanças regulatórias,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

buscando se adaptar e implementar medidas preventivas para mitigar os riscos associados a esses eventos imprevisíveis.

Essas são apenas algumas das estratégias e instrumentos adotados pela empresa para proteger-se contra os diferentes tipos de riscos. A escolha dos instrumentos adequados é feita com base na avaliação detalhada de cada situação de risco, visando garantir a segurança, a continuidade dos negócios e a proteção dos ativos da empresa.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da empresa é composta por diversas instâncias. Essas instâncias incluem o Conselho de Administração, o Comitê Financeiro, o Comitê de Auditoria, a Presidência, a Diretoria Executiva e a Gerência de Riscos.

O Conselho de Administração desempenha um papel fundamental na governança corporativa da empresa e é responsável por aprovar a política de gerenciamento de riscos e supervisiona sua implementação. O Comitê Financeiro e o de Auditoria são órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração e desempenham um papel de monitoramento e controle de riscos, bem como na avaliação da eficácia dos controles internos da empresa. A Diretoria Executiva tem a responsabilidade de implementar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. Também é responsável por garantir que a gestão de riscos esteja alinhada com as estratégias e objetivos corporativos.

A Gerência de Riscos desempenha um papel operacional na implementação das políticas e diretrizes de gerenciamento de riscos. Essa área é responsável por suportar e fornecer as diretrizes para a identificação, análise e avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos com uma abordagem comum em diferentes áreas e elaborar relatórios e comunicar regularmente sobre o status dos riscos. Ela atua de forma transversal, colaborando com as diversas unidades de negócio para garantir a eficácia do processo de gerenciamento de riscos.

Suas principais atribuições estão consolidadas na tabela abaixo:

Conselho de Administração	Aprova a Política de Gestão de Riscos, define o apetite de risco da Companhia e monitora os riscos estratégicos e os táticos de nível alto e muito alto.
Comitê Financeiro	Analisa o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão. Além disso, pode propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, bem como medidas de proteção aos riscos financeiros. O Comitê Financeiro também realiza análises de tendência e comportamento do endividamento da empresa, operações financeiras e gestão de riscos cambiais e de mercado futuro.
Comitê de Auditoria	Acompanha a gestão de riscos e avalia o cumprimento de seus objetivos. Responsável por avaliar a efetividade dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos, bem como monitorar a exposição de riscos da São Martinho e seus planos de mitigação.
Diretoria Responsável pela Área de Riscos	Execução das atividades da área de gestão de riscos, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; coordenação e participação nos comitês de posição e de ética
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os indicadores de risco e as ações de mitigação. Trabalha em estreita colaboração com as demais áreas da empresa para garantir que os riscos sejam identificados e tratados de forma adequada. Mantém registros atualizados dos riscos e suas respectivas medidas de controle, além de fornecer suporte na implementação de políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os grupos de trabalho utilizados para monitoramento de riscos são: Comitê de Posições; Reunião de Riscos e Mercado; Comitê Tático de GRC e Comitê de S&OP.

Grupo de Trabalho	Monitoramento	Categoria
Comitê de Posições e Reunião de Riscos e Mercado	Volatilidade de Preços de Commodities, Câmbio e estratégias de hedge	Riscos Financeiro e de Mercado
Comitê Tático de GRC	Consolidado. Alinhamento entre as Gerências e Diretorias de Unidade	Riscos Táticos e Estratégicos
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos	Riscos Corporativos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura operacional e dos comitês envolvidos na gestão de riscos, a São Martinho também adota políticas específicas e procedimentos internos em cada uma de suas áreas para fortalecer o gerenciamento de riscos.

Essas políticas e procedimentos são desenvolvidos com base nas melhores práticas e normas aplicáveis, considerando as características e necessidades de cada setor de atividade.

Essas políticas e procedimentos internos são revisados e atualizados periodicamente para garantir sua relevância e eficácia contínua. A São Martinho promove a conscientização de seus colaboradores sobre essas políticas, para assegurar sua compreensão e aplicação adequada em todas as atividades da empresa.

Os principais mecanismos para verificação do cumprimento e aprimoramento das políticas e procedimentos são a área de sistema de gestão integrada, controles internos e a auditoria interna.

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A São Martinho conta com as análises críticas da auditoria independente a respeito de suas demonstrações financeiras e o risco de falhas em controles é constantemente monitorado pela área de Gestão de Riscos, com base nos frameworks ISO 31.000 e COSO (Committee of Sponsoring Organizations).

A Companhia também realiza auditorias internas para testar a efetividade de seus processos e controles. A área de Controles Internos participa do processo de auditoria apoiando e monitorando o cumprimento do plano de ação resultante das auditorias internas. Seguindo as melhores práticas de governança corporativa, a São Martinho possui um Manual de Políticas Contábeis, que define os procedimentos, premissas e julgamentos adotados.

Por conta de tais práticas, a Companhia entende que seus controles internos são adequados, embora sujeitos a aperfeiçoamentos constantes.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A área de Controles Internos está atualmente sob a gestão da área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade e Controles Internos). O Gerente de GRC é responsável por monitorar os riscos mapeados, aprimorar o nível de maturidade dos controles, acompanhar o progresso dos planos de ação relevantes e avaliar a efetividade dos testes de controle. Os papéis e responsabilidades seguem o modelo de Três Linhas, sendo:

1ª Linha - Área Proprietária do Risco: são as áreas de negócio que possuem fontes de risco. Exemplos de áreas proprietárias são Agrícola, Indústria, Comercial, Financeiro e Relações com Investidores, Negócios Imobiliários, Suprimentos e Tecnologia da Informação, entre outras.

2ª Linha - Área Suporte: essas áreas oferecem suporte às áreas proprietárias dos riscos. Exemplos de áreas suporte incluem Qualidade Industrial, Manutenção, Planejamento de Vendas e Operações, Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Meio Ambiente, Controladoria, Segurança da Informação, Segurança Patrimonial, Jurídico e Centro de Serviços Compartilhados, entre outras.

3ª Linha - Área de Controle: essas áreas corporativas desempenham um papel de controle. Incluem Conformidade, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. A área de GRC e Controles Internos interagem constantemente em fóruns específicos e por meio do Comitê Tático de Conformidade.

A Companhia entende que essa estrutura visa garantir uma abordagem integrada da gestão de riscos, proporcionando responsabilidades claras e uma supervisão adequada dos controles internos em toda a organização.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração por meio de reportes e de agendas específicas com a Diretoria e Gerência de GRC (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos). A área de GRC reúne-se periodicamente

5.2 Descrição dos controles internos

com a Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração para tratar de assuntos de governança, riscos, conformidade e controles internos.

Além disso, a área de controles internos também está sujeita a auditorias internas realizadas por uma empresa independente. Essa auditoria interna tem como objetivo avaliar a conformidade dos controles internos com as políticas, procedimentos e regulamentos estabelecidos, além de identificar oportunidades de melhoria e recomendar ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os controles internos da Companhia foram avaliados e não foram identificadas deficiências ou recomendações significativas que representem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A São Martinho possui uma estrutura organizacional dedicada à governança, riscos, conformidade, controles internos, composta pela Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos e Conformidade, e de Relações Institucionais, bem como pela Gerência de Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos.

A empresa adota um Plano de Conformidade (Programa de Integridade), alinhado às melhores práticas de mercado. Esse plano visa promover os princípios e valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta Profissional, na legislação anticorrupção e em outras normas e boas práticas de conformidade (compliance).

As principais políticas e documentos relacionados a esse assunto incluem o Código de Ética, a Política Anticorrupção, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, as políticas e procedimentos de conformidade relacionados ao canal de denúncias, riscos de terceiros, entre outros.

A empresa utiliza diversos mecanismos para fortalecer sua conformidade, tais como o Canal Ético (Canal de Denúncias), a realização de *due diligence* de terceiros por meio de softwares especializados, a atualização constante da legislação, a inclusão de cláusulas contratuais anticorrupção e a previsão de penalidades. Além disso, existem fóruns específicos para tratar do assunto: Comitê de Ética e Conformidade, composto por membros da alta administração, e o Comitê Tático de GRC, que inclui o Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, os Diretores Agroindustriais das Unidades e gerentes.

Os riscos são periodicamente reavaliados, e as políticas são revisadas conforme necessário, levando em consideração as melhores práticas de mercado.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A execução do Plano de Conformidade é de responsabilidade da Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, por meio da Gerência de Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos.

A estrutura de Conformidade foi criada em 2018, seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa. A Área de Conformidade reporta trimestralmente os números e destaques do Canal Ético e das investigações internas ao Comitê de Ética e Conformidade. Regularmente, esse balanço é apresentado ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. Além disso, o Canal Ético é submetido a auditorias específicas.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia atualizou seu Código de Ética, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2021. O código é aplicável a todos os funcionários, diretores, conselheiros e estabelece princípios éticos e responsabilidades para terceiros, incluindo fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários.

O Plano de Conformidade inclui treinamento para os funcionários, bem como orientação durante o processo de integração de novos funcionários e/ou terceiros.

As violações serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética, e, se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares conforme as políticas de Recursos Humanos e a legislação vigente.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui um Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros, que pode ser acessado por meio de três opções: (i) e-mail, (ii) website ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por uma empresa especializada, que recebe os relatos. O denunciante pode escolher relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, e em ambos os casos, o sigilo é mantido.

Conforme o procedimento específico do Canal de Denúncias, as comunicações recebidas são apuradas por grupos de trabalho e acompanhadas pela área de Conformidade. Em casos específicos, há previsão de condução das investigações por uma empresa de investigação especializada.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas (novo item)

Durante os últimos três exercícios sociais, a São Martinho não identificou nenhum caso de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública. A companhia está comprometida com a ética e a integridade em todas as suas operações e mantém medidas robustas de prevenção, detecção e monitoramento para assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

5.3 Programa de integridade

A Companhia tem implementado um plano de conformidade, com políticas e procedimentos claros que orientam a conduta de seus colaboradores e parceiros de negócios. Essas políticas visam prevenir e combater quaisquer práticas inadequadas ou ilegais, promovendo um ambiente de trabalho ético e transparente.

Também adota uma abordagem proativa na identificação de potenciais riscos, por meio de controles internos e de uma cultura de conformidade. A área de conformidade também se submete à auditoria interna, para avaliação a eficácia dos processos e controles.

A São Martinho também mantém canais de comunicação abertos e confidenciais para denúncias, onde os colaboradores e demais partes interessadas podem relatar qualquer suspeita de irregularidades ou violações. Essas denúncias são tratadas com seriedade e investigadas de forma imparcial, garantindo a adoção das medidas corretivas apropriadas, caso necessário.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Essas medidas visam garantir a integridade dos processos e evitar práticas ilegais ou antiéticas relacionadas às atividades da Companhia em relação à administração pública. Essas regras, políticas e procedimentos são elaborados de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de governança corporativa, visando promover a transparência, a conformidade e a ética nas relações da Companhia com o setor público.

Os documentos mencionados (Código de Ética, Política Anticorrupção e Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses) encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

5.4 Alterações significativas

Durante o último exercício social, alguns riscos chamaram a atenção, dadas as proporções de possíveis desdobramentos, como por exemplo o conflito entre Rússia e Ucrânia, o aumento das taxas de juros e inflação, questões climáticas, tensões políticas internas e mudanças regulatórias.

Exceto com relação ao ambiente político nacional que se apresenta mais estável, os demais fenômenos são complexos e eventuais escaladas não podem ser ignoradas, principalmente no âmbito global, cabendo à Companhia adotar medidas mitigatórias, caso isso venha a acontecer. Mudanças regulatórias ou de interpretação na aplicação das leis também estão dentre as preocupações constantes da empresa.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.